

## EDUCAÇÃO E HEGEMONIA: UM OLHAR À LUZ DA TRADUTIBILIDADE GRAMSCIANA

Virna Ferreira de Mesquita<sup>1</sup>  
Bruno Jadson Jardelino Gomes<sup>2</sup>  
David Lucas Oliveira da Silva<sup>3</sup>  
Viviane Brás dos Santos<sup>4</sup>

### RESUMO

Partindo da relação onto-histórica que a educação tem com o ser social, o presente trabalho pretende apontar e refletir como a conexão intrínseca que há entre a classe hegemônica e a educação afeta a sociedade. Ademais, é necessário entender como o processo de "tradutibilidade" discorrido por Gramsci pode servir como ferramenta para a educação do subalterno, para que este possa alcançar a sua emancipação. Nesse sentido, é mister tomar como referencial os Cadernos do Cárcere de Gramsci (1999), além de fundamentos da Filosofia da Práxis e do Materialismo Histórico Dialético. Como metodologia, utilizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico. Percebe-se, com o aprofundamento nas leituras, que o sistema capitalista não só favorece a classe dominante, como também utiliza a educação como um aparelho de manutenção hegemônica para preservar a desigualdade existente. Essa desigualdade entre a estrutura e superestrutura é nítida ao analisar um dos pilares que sustentam essa pirâmide, a Educação, que ao invés de ser igual, universal e consciente da subjetividade do ser, é reprodutivista, tecnicista, imediatista e unilateral. Essas características fortalecem o sistema capitalista alimentado de produção e reprodução, mas a luta de classes defende a possibilidade de modificar esse cenário mesmo que seja árduo, é imprescindível que haja resistência pela classe subalternizada. Estes precisam de uma educação que fomente o pensar crítico e consciente da realidade histórico-concreta para assim modificá-la. Nesse segmento, a fim de conquistar uma educação igual, surge a proposição da "tradutibilidade" enquanto um princípio crítico como um meio para aproximar as realidades. Além disso, trazer as concepções da filosofia da Práxis, como o método de aliar o concreto com o abstrato, a teoria e a prática, a fim de alcançar o intelectual e toda uma estrutura que está demasiadamente estagnada.

**Palavras-chave:** Educação, Subalterno, Classe Dominante.

É inegável a relação existente entre o ser humano, tendo enfoque o ser social que é derivado da relação trabalho-educação, e a própria educação como pilar da sociedade. Diante disso, a partir dessa relação o presente trabalho se debruçará à luz de uma perspectiva histórica a analisar as contradições inseridas no caráter educacional e como uma classe – hegemônica – impõe seus interesses e se apropria de algo

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de **História** da Universidade Federal do Ceará - UFC, [virnaferreira07@gmail.com](mailto:virnaferreira07@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduado pelo Curso de **História** da Universidade Federal - UFC, [brunojadson@alu.ufc.br](mailto:brunojadson@alu.ufc.br);

<sup>3</sup> Graduando pelo Curso de **Pedagogia** da Universidade do Estado da Bahia - UNEB/ Campus VII Senhor do Bonfim, [davidlucas6941@gmail.com](mailto:davidlucas6941@gmail.com);

<sup>4</sup> Professora na Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus VII Senhor do Bonfim. Doutoranda em Educação - PPGED/UFS. Mestra em Educação, Cultura e Território Semiárido - PPGESA, UNEB. E-mail: [vivianebras.pedagogia@gmail.com](mailto:vivianebras.pedagogia@gmail.com)

ineliminável ao ser. Para tanto, como referencial teórico foi utilizado o fiocondutor proposto por Ponce (2007) para elencar a narrativa histórica educacional, o conceito de hegemonia em Gramsci (2002) e a concepção de ‘tradutibilidade’, também apresentado por Gramsci (1999). Adjunto a isso, os elementos do Materialismo Histórico e Dialético e da Filosofia da Práxis também se fazem presentes na discussão.

Essa pesquisa se apresenta como uma ferramenta de análise da estrutura e superestrutura reconhecendo os impactos e prerrogativas conferidas à educação. Para tal, os conceitos de hegemonia e ‘tradutibilidade’ tornam-se ponto chave dessa discussão tendo o efeito de suscitar e provocar acerca dos impactos e possibilidades que a educação possui e como essa se mantém ligada a classe operária. Sendo esse o intuito principal desta pesquisa, refletir sobre como a classe proletária pode e deve entender a conjuntura social justamente por ser essa parte a mais atingida pelo sistema capitalista. Nessa esteira, objetiva-se entender como esta desigualdade entre a estrutura e superestrutura é nítida, principalmente, ao analisar um dos pilares que sustentam essa pirâmide, a educação e que ao invés de ser igual, universal, consciente da subjetividade do ser, é na verdade, reprodutivista, tecnicista, imediatista e unilateral. Destarte, como metodologia aprofundou-se em uma pesquisa de cunho bibliográfico tanto em artigos, quanto nos próprios escritos de Gramsci somados a fichamentos e intrínsecas reflexões acerca da temática.

Adjunto a isso, como síntese das discussões é possível relatar a necessidade de perceber as contradições existentes na conjuntura educacional, como a classe hegemônica se relaciona com a educação e afeta a classe trabalhadora. Para além disso, é possível defender, também, a ‘tradutibilidade’ como uma ferramenta para analisar o processo de hegemonia, como se formou, o que é, como impacta a sociedade e a educação. Nesse sentido, a partir da análise desses conceitos não é coerente tomar um resultado absoluto para questões que perduram historicamente. O resultado de forma concreta só será possível após o partilhamento do conhecimento de forma integral, sendo esse o intuito deste trabalho, a partilha do conhecimento e contribuições de Gramsci para que assim possa ser mais possível uma educação completa e livre do imediatismo e reprodutivismo capitalista.

Em suma, esse artigo pretende suscitar a reflexão, a crítica e a necessidade de se compreender a conjuntura da relação entre hegemonia e educação, além de traçar um paralelo

das questões através da ‘tradutibilidade’. Para tanto, os pontos aqui levantados servirão de base para que a percepção entre estura e superestrutura seja mais nítida, possibilitando, assim, que docentes e discentes tenham acesso livre ao conhecimento. Como metodologia, utilizou-se uma pesquisa de cunho bibliográfico (GIL, 2002) estando essa pesquisa revestida pela leitura dos escritos de Gramsci (1999) e seus intérpretes como Sobral (2020), Lacorte (2019), Silva (2016) entre outros. Para o referencial teórico além dos autores já mencionados também foi articulado para o textos os fundamentos do Materialismo Histórico e Dialético (MHD) e os princípios da Filosofia da Práxis (FP). Adjunto a isso, os escritos de Loureiro (2011), Martins (2017) também contribuíram para a compreensão acerca da temática.

A priori, a partir de uma perspectiva histórica, consoante a Ponce (2007) o ser humano para assegurar sua existência precisa transmitir o conhecimento possuído para as gerações seguintes. Esse conhecimento advém de uma apropriação do que já existe e, simultaneamente, ocorre uma recriação, renovação, configurando um movimento de conservação-superação que está relacionado a especificidade do próprio indivíduo. Quanto mais conhecimento o ser se apropria mais humanizado ele se torna, partindo do pressuposto que não se nasce humano, torna-se humano a partir do convívio social e ensinamentos adquiridos. A função social da educação seria atingir a consciência e transmitir valores, comportamentos, códigos necessários para viver em sociedade, tudo que influi a partir da objetivação de determinado objetivo que se concretiza na realidade e influencia as relações do sujeito. Inserido na própria estrutura, ocorre um processo de necessidade e satisfação junto com novas alternativas que moldavam as condições históricas para outras possibilidades, novas formas de produção. Surge uma contradição essencial na sociedade dos povos primitivos, a divisão do trabalho intelectual e manual, acarretando em um conflito de classes, surge também, uma divergência com base na propriedade privada ascende um conjunto de complexos sociais utilizado para legitimar o *status quo*<sup>5</sup>. Há contradição na educação, quando essa se divide em conservadora e revolucionária. Conserva-se os ideais dominantes no sentido político pondo em prestígios a classe predominante gerando um abismo de desigualdade entre a classe dominante e a classe subalterna, sendo conservadora, também, no que tange a humanidade genérica. Porém, ela também é revolucionária com sua autonomia relativa que pode suscitar ao indivíduo ver a realidade para além do que é exposto, fomentando o pensar crítico e emancipado das amarras impostas pelo sistema. A educação constitui-se, de uma relação de caráter alienante e desalienante (TONET, 2005).

---

<sup>5</sup> Termo de origem latina que significa sem a qual não há

Nessa esteira, vale ressaltar a importante concomitância na percepção da estrutura social, concentrando a análise na classe hegemônica e o próprio conceito de hegemonia. Para tanto, é imprescindível destacar a dedicação que Gramsci teve ao repensar o conceito de hegemonia. De acordo com Silva (2016), Gramsci ao longo dos 29 Cadernos do Cárcere<sup>6</sup> cita o termo 'hegemonia' 287 vezes. Isso demonstra a importância desse conceito para o autor sardo e como esse termo reverbera em diferentes âmbitos. Cabe destacar que foi Lenin quem elaborou o conceito de "hegemonia do proletariado" em 1905, no ensaio "Due tattiche della socialdemocrazia nella rivoluzione democratica" (SILVA, 2016) em contraposição aos menscheviques. Nessa perspectiva a noção de hegemonia no contexto de Gramsci, ou seja, na Itália, é fortemente percebida na influência da obra *Il Rinnovamento civile d'Italia*, de 1851, escrita por Vincenzo Gioberti. Essa leitura despertou em Gramsci a percepção de que à variedade de formas hegemônicas compete a distinção das inter-relações sociais conflitantes tecidas em determinados contextos (SILVA, 2016).

Nesse sentido Frosini ressalta que:

A avaliação que Gramsci dá de Gioberti, como jacobino, não é, portanto, oposta à de teórico da revolução passiva. Daí o significado da explicação conjuntural de sua mudança de posição. De modo mais geral, a hegemonia é, nas suas várias formas, o efeito contingente de uma situação concreta, que por sua vez resulta do modo como a relação de forças vem a definir as dinâmicas conflitantes dentro de uma nação e no contexto da situação internacional (2014, p.9 *apud* Silva, 2016).

Ao longo dos cadernos Gramsci explora as relações que a hegemonia tem com a política e com a própria cultura, desenvolvendo a ideia de "hegemonia cultural" como integrante à de 'hegemonia política'. Segundo Silva (2016), no caderno 29, parágrafo 3 (abril de 1935), apresenta:

[...] a questão da língua, isto significa que está se impondo uma série de outros problemas: a formação e a ampliação da classe dirigente, a necessidade de estabelecer relações mais íntimas e seguras entre os grupos dirigentes e a massa nacional-popular, isto é, de reorganizar a hegemonia cultural (2007, p.2346 *apud* Silva, 2016).

Essa hegemonia cultural é um fator determinante em todo o processo de. Segundo Gramsci (2002), a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se. Diante disso, a hegemonia não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o

---

<sup>6</sup> Junção das notas dispersas produzidas por Gramsci em seus anos na prisão.

consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI, 2002b, p.65 *apud* MORAES, 2010). Vale ressaltar que essa hegemonia se expressa através de muitas formas, sendo uma delas a linguagem<sup>7</sup> e por conta disso que Gramsci, que teve formação em filologia entende a importância da linguagem, ressaltando que essa hegemonia cultural se colocaria em supremacia de pensamento, concepção de mundo em detrimento das demais. Gramsci destaca:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários que visa a “liquidar” ou a submeter, inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve mesmo ser dirigente, já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e, mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (2007, p. 2010- 2011 *apud* Silva, 2016).

Diante disso, é válido ressaltar que Gramsci avalia como hegemonia não algo baseado em força, mas uma construção relacionada com direção intelectual, moral e não apenas domínio permanente combinação de ambos, mas em medidas distintas (SILVA, 2016). É necessário entender o porquê dessa relação não envolver força para permanecer vigente. Silva (2016), afirma que é necessário a coexistência mútua entre coerção e consenso pois a ausência de consenso, da legitimidade social, levaria a classe dominante a fazer uso da força para se manter no poder, o que designaria o momento da ditadura, da crise de hegemonia.

O exercício “normal” da hegemonia no terreno que se tornou clássico do regime parlamentar é caracterizado por uma combinação de força e consenso que se equilibram, sem que a força sobressaia muito ao consenso, ao invés, apareça apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos chamados órgãos de opinião pública (os quais, por conseguinte, em certas situações, são multiplicados artificialmente) (GRAMSCI, 2007, p.59).

Nesse segmento, Gramsci em sua trajetória buscou não só analisar a hegemonia, mas compreender qual o movimento contrário a ela, ou seja, se em uma sociedade uma cultura é superior a outra é fundamental investigar a fundo como isso ocorre. Justamente por isso Gramsci defende que nada é somente uma coisa, mesmo em uma simples conversa há ali um conjunto de ideologias e revestida no próprio senso comum, como afirma Simionatto (2009) o

---

<sup>7</sup> A tradutibilidade das linguagens é a detecção crítica da universalidade presente em cada linguagem-filosofia particular: ela é um limite à total recondução historicista das filosofias e ideologias das quais são expressão, mas não entra com ela em contradição, uma vez que coloca esta universalidade na relação entre diversos contextos particulares. Para a filosofia da práxis a tradutibilidade é essencial [...] (FRANCIONI; FROSINI, 2009, p.19 *apud* SILVA, 2016)).

senso comum das classes dominantes, contudo, atua como força ideológica, desmobilizadora das iniciativas críticas advindas das camadas subalternizadas. Por isso há a necessidade de pensar crítico como discorre Gramsci

[...] é preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional – isto é, ‘participar’ de uma concepção do mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais envolvidos desde sua entrada no mundo consciente –, ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira consciente e crítica, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (1999, p. 93-4, grifos do autor)

Portanto, frente aos pontos apresentados é possível defender que a hegemonia gramsciana está pautada, como afirma Sobral (xxxx), nas contribuições de Lenin que delimitou hegemonia como direção política, a partir da organização da classe trabalhadora, tendo em vista a implementação de uma nova ordem social. Pode-se inferir, portanto, que hegemonia, no âmbito gramsciano, é a preponderância da sociedade civil sobre a sociedade política.

Para tanto, como uma forma de contraposição a conjuntura hegemônica, a cultura é apontada por Gramsci como um dos elementos fundamentais na organização das classes subalternas, capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para a construção de uma vontade coletiva, contrapondo-se às concepções de mundo oficiais (SIMIONATTO, 2009). Seguindo esta trilha, ao relacionar a hegemonia com a educação o primeiro ponto a ser destacado é o papel dos intelectuais – sendo esse conceito amplamente difundido por Gramsci que discorre sobre o intelectual tradicional<sup>8</sup> e o intelectual orgânico<sup>9</sup>. A educação e a escola seriam formas de propiciar condições reais para que esses intelectuais fossem formados, para que assim pudessem estar na luta pela classe subalternizada como mostra Gramsci

Os intelectuais têm uma função na “hegemonia” que o grupo dominante exercita em toda a sociedade e no “domínio” sobre ela que se encarna no Estado, e esta função é precisamente “organizativa” ou conectiva: os intelectuais têm a função de organizar a hegemonia social de um grupo e o seu domínio estatal, isto é, o consenso dado pelo prestígio da função no mundo produtivo e o aparato de coerção para aqueles grupos que não “consentem” nem ativamente nem passivamente ou para aqueles momentos de crise de comando e de direção em que o consentimento espontâneo passa por uma crise. Desta análise resulta uma extensão muito grande do conceito de intelectuais, mas apenas assim me parece possível chegar a uma aproximação concreta da realidade ( 2007, p.476).

---

<sup>8</sup> Seriam como um grupo distante da luta de classe, que se regozijam somente ao atender os próprios interesses, excluindo as necessidades das demais massas subalternizadas

<sup>9</sup> O intelectual orgânico, na leitura de Gramsci (2001), possui um papel imprescindível, pois é esse que está constantemente articulado com o interesse da classe subalternizada, o intelectual orgânico reconhece seu papel e sabe que precisa da colaboração dos demais, além de possuir uma consciência da sua realidade concreta para assim mudá-la.

Nessa esteira, a hegemonia do proletariado – reformulação na conjectura social almejada por Gramsci – teria como um objetivo não só o fim da exploração do homem pelo homem, mas o fim da exploração sofrida por toda a classe trabalhadora. Ao passo que a “revolução contra hegemônica” se torna uma maneira de emancipação do subalterno, é fundamental que a própria classe trabalhadora tenha acesso a educação completa que não os prepara somente para o mercado de trabalho, mas que forma intelectuais críticos e conscientes da realidade.

Nesse movimento, de acordo com Lacorte (2019), Gramsci sente a necessidade de desenvolver a *tradutibilidade* precisamente porque, na sociedade moderna, as lutas políticas são essencialmente lutas culturais, no sentido de lutas de hegemonia política. Consoante a isso, ao passo de já ter abordado o conceito de hegemonia e como esse está imbricado no processo de educação, agora será trago à baila o conceito de tradutibilidade. Em um primeiro momento, para compreender o conceito de *tradutibilidade* é viável apropriar-se dessa definição:

Tradutibilidade é a teoria da tradução entendida de uma forma que incorpora criticamente o velho no novo significado, mais amplo e forte, sendo, ao mesmo tempo, a condição (historicamente dada) para pensar de forma nova na possibilidade de construir política e historicamente uma “igualdade real” entre seres humanos, de modo a superar a atávica separação entre dominantes e subalternos, dirigentes e dirigidos, na medida em que pensa contemporaneamente na realidade do novo conceito de equivalência entre “teoria” e “prática” como elemento de hegemonia política – elemento que é ele mesmo político e, por isso, histórico (LACORTE, 2019).

Nesse sentido, pode-se perceber que a *tradutibilidade* vai além de uma mera tradução, possuindo a práxis, ou seja, o alinhamento entre teoria e prática, em sua composição é fundamental. Por conseguinte, ao interligar o processo de *tradutibilidade* com o processo inserido na hegemonia educacional é necessário ressaltar o destaque que a *tradutibilidade* tem ao servir como um meio para entender a realidade histórico-concreta. Nesse passo, consoante a Lacorte (2019) a *tradutibilidade* expressa não só um jeito novo de ver o mundo e de construção do pensamento, mas implica também uma nova consciência. Essa consciência reverbera principalmente, na formação do subalternizado<sup>10</sup> no sentido de propiciar um panorama completo acerca da realidade, percebendo as contradições e o movimento de conservação-superação inseridos na linha histórica como narra Martins (2017)

---

<sup>10</sup> Podemos definir o subalterno como o outro inferiorizado de alguma forma. Em Gramsci, o conceito de classes subalternas surge a partir da identificação da necessidade do operariado se unir com o campesinato para fazer a revolução (SOBRAL, 2010).

Gramsci entendeu que tradutibilidade implica reconhecer "semelhanças" (BOOTHMAN, 2017) nas estruturas sociais para se traduzir um texto a outro contexto (GRAMSCI, Cad. 11, § 47 - 1999, p. 185), a práxis de uma formação social a outra, pois "duas estruturas fundamentalmente similares têm superestruturas 'equivalentes' e reciprocamente traduzíveis, qualquer que seja a sua linguagem particular nacional" (GRAMSCI, Cad. 11, § 49 - 1999, p. 190).

Vale ressaltar que Gramsci desenvolve esse conceito como uma forma de compreender suas próprias demandas concretas que ocorriam na Itália fascista<sup>11</sup> de Mussolini<sup>12</sup>, sendo a Rússia o objeto de constante análise de Gramsci por ter tido uma revolução bem sucedida mas que não conseguiu ser traduzida o suficiente para ser aplicada no contexto italiano. A partir disso, ao analisar a conjuntura social, política e hegemônica

Justificar teoricamente o fato da hegemonia e das lutas hegemônicas é necessário para defender a autonomia da própria filosofia da práxis, a qual é uma filosofia que se sabe simultaneamente como atividade de luta hegemônica e de hegemonia política, porque "vê", por meio da tradutibilidade e além da cisão tradicional entre teoria e prática, sua unidade mais profunda, e se sabe, portanto, como filosofia-política. Ou seja, não meramente como uma política da filosofia ou uma filosofia da política, mas como filosofia que é, ao mesmo tempo, política e atividade humana histórica (práxis); que luta para se tornar história – e em parte já se tornou história. Por isso, diferentemente de outros modos de pensar e outras filosofias, ela declara explicitamente ser política (LACORTE, 2019).

Para tanto, o intuito de trazer o conceito de 'tradutibilidade' consiste em pensar a hegemonia social, política e educacional não como algo abstrato, mas alinhar todas as palavras desse texto à realidade concreta, fazendo, assim, o processo de tradução. Dito isso, vale explicitar que a partir da consciência de que essa hegemonia não se instala através da força e da compreensão de que parcela da sociedade hegemônica torna a educação um aparelho de manutenção da hegemonia, torna-se necessário traduzir escritos, como os de Gramsci, para analisar a estrutura-superestrutura atual, nesse caso a brasileira, para poder elaborar um projeto de cunho educacional capaz de formar intelectuais orgânicos organizadores na luta da classe trabalhadora. Consoante a isso, cabe o destaque da 'tradutibilidade' como uma grande "lente" para compreender a linguagem e demais bases – como a própria cultura – distintos cenários.

A questão da tradutibilidade em Gramsci alia-se à importância que ele estende à linguagem, não só como concretizadora do pensamento, expressão da cultura e das relações sociais, mas, principalmente, enquanto instrumento de poder. Por isso, a

---

<sup>11</sup> O fascismo foi o regime de governo na Itália de 1922 até 1943. Criado por Benito Mussolini em 1919 e oficializado como partido político em 1922, o fascismo dominou todos os aspectos do país como a educação, a economia, a religião e a política.

<sup>12</sup> Benito Amilcare Andrea Mussolini (1883-1945). Conhecido por Il Duce (líder, em italiano) devido ao regime fascista que assolou a Itália durante o século XX, Mussolini comandou o Partido Nacional Fascista (PNF) e, a partir disso, tornou-se figura destaque no exército italiano, chegando a ocupar o cargo de Primeiro Marechal do Império.

significância histórica e política na tradução da dimensão teórica e prática do pensamento e no plano de unificação linguístico-cultural dos subalternos (SILVA, 2016).

Diante disso, torna-se nítido como a tradutibilidade é a expressão advinda da intrínseca relação entre educação e hegemonia. Porém, ao passo que é fundamental empregar a práxis e o próprio movimento dialético, torna-se ainda mais importante entender os impactos que a segregação desse conhecimento causa à sociedade e como isso é utilizado pelo capitalismo para perpetuar a idéia de que o proletário vive em um modelo econômico, social e político perfeito.

Diante dos elementos apresentados, urge destacar que em primeira instância foi pretendido trazer uma aproximação, ainda que inicial, aos conceitos gramscianos de hegemonia e ‘tradutibilidade’. Para tanto, ao longo do texto é dito e agora reafirmado, que é de suma importância compreender essas categorias para compreender a sociedade sob uma óptica mais completa de suas contradições e características. Foi possível, ainda, suscitar uma reflexão acerca da maneira de entender a realidade concreta, a maneira, por exemplo, de buscar em outro contexto características para entender melhor o próprio cenário.

Em suma, todos os pontos que foram trazidos ao debate vieram com o fim último de como a educação é extremamente complexa e que por isso, merece ser minuciosamente estudada, aprofundada e, principalmente, em constante debate.

## REFERÊNCIAS

BOOTHMAN, Derek. “Tradutibilidade” e “Tradução”. In: LIGUORI, G. e VOZA, P. (Org.). Dicionário gramsciano (1926-1937). São Paulo: Boitempo, 2017. p. 782-784 e p. 779-782.

DE MORAES, Dênis. **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia**: a contribuição teórica de Gramsci. Revista Debates, v. 4, n. 1, p. 54, 2010.

GIL, Antonio Carlos *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Caderno 12**: Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 13-54.

\_\_\_\_\_. **Quaderni del carcere**. Edizione critica di Valetino Gerratana. 3 edizione.

Torino:Einaudi, 2007, 4 volumi.

FRANCIONI, Gianni; FROSINI, Fabio *Nota introduttiva al Quaderno 11(1932)* in:  
GRAMSCI, A. Quaderni del carcere. Edizioni anastatica dei manoscritti. vol. 15. Cagliari: L'Unione Sarda, 2009.

FROSINI, Fabio. **Egemonia prima e dopo Gramsci**. Testo presentato al Seminario Egemonia dopo Gramsci: una riconsiderazione (1), Urbino, 20-21 ottobre 2014.

LACORTE, Rocco. **Liberdade e Tradutibilidade nos Cadernos de Gramsci**. Revista Práxis e Hegemonia Popular, v. 2, n. 2, p. 47-80, 2017.

LACORTE, Rocco. **Apontamentos sobre Tradutibilidade, Pedagogia e Hegemonia nos Cadernos de A. Gramsci**. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, Brasília, v.7, n.3, dez. 2019, p. 141-182  
ISSN: 2317-9570

MARTINS, Marcos Francisco. "**Tradução**" da escola unitária de Gramsci pela pedagogia histórico-crítica de Saviani. ETD: Educação Temática Digital, v. 20, n. 4, p. 997-1017, 2018.

SILVA, Deise Rosalio. **Hegemonia e educação**: teoria e prática para a mudança política. Anais do, v. 1, p. 12-35, 2016.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia**: uma abordagem gramsciana. Revista Katálysis, v. 12, p. 41-49, 2009.

SOBRAL, Karine Martins; MORAES, Betânia Moreira; JIMENEZ, Maria Susana Vasconcelos. **Escola unitária e princípio educativo em Gramsci**: um ensaio de compreensão à luz do Caderno 12. Filosofia e Educação, v. 2, n. 1, p. 83-100, 2010.

SOBRAL, Karine Martins; DOS SANTOS RIBEIRO, Ellen Cristine. **A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci**. Cadernos do GPOSSHE On-line| ISSN, v. 2595, p. 7880, 2020.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.